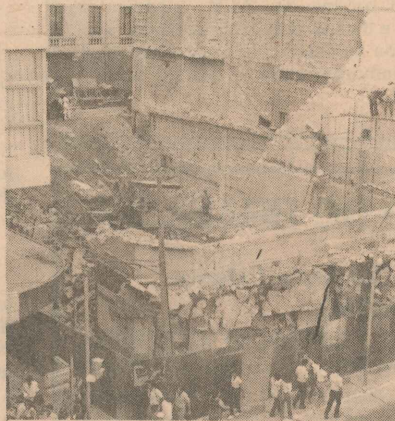


# Conselho não tem meios para preservar imóveis de Vitória

Se depender do Conselho Estadual de Cultura (CEC) para se evitar que os prédios antigos da cidade sejam destruídos, como aconteceu com o hotel Europa, cujo tombamento estava em discussão no órgão, a cidade dentro em breve terá perdido todas as suas características antigas. Sem condições de desenvolver uma legislação própria para o assunto e com alguns conselheiros entendendo que seria temerário pedir o tombamento de imóveis particulares sem uma compensação ou contrapartida por parte do governo, o CEC, além de pedir o tombamento dos imóveis públicos, tem se limitado, atualmente, a discutir a necessidade de preservação dos imóveis.

Mas na realidade nada pode fazer para preservá-los. Tanto que durante uma das últimas reuniões do conselho, onde o assunto esteve em pauta, ficou decidido que somente após a aprovação do Plano Diretor Urbano de Vitória (PDU) é que o CEC terá elementos suficientes para desenvolver uma política de preservação de imóveis e sítios de importância artística e histórica. Até lá o órgão terá função meramente paliativa. Hoje há uma conceitualização generalizada dentro do Conselho Estadual de Cultura de que seria necessário, primeiramente, que o Plano Diretor Urbano da cidade definisse uma política para a preservação de sítios e construções históricas, estabelecendo parâmetros para uma política normativa por parte do CEC. E, principalmente, que estivesse previsto, como acontece no Paraná, uma compensação financeira, evidentemente, para os donos dos imóveis a serem tombados. Tanto que, no momento, considera-se como fundamental que o PDU fosse discutido, em seu capítulo referente ao tombamento da cidade, também pelo Conselho Estadual de Cultura, para definir-se então, uma política de efetiva proteção ao patrimônio da cidade. Até lá o CEC estará de mãos atadas e impedido, inclusive, de desenvolver gestões oficiais no sentido de salvar o que ainda não foi destruído pela especulação imobiliária.

O hotel Europa foi uma das vítimas desse impedimento do conselho. Sem condições de oferecer uma compensação ao proprietário pelo tombamento do imóvel da avenida Jerônimo Monteiro, o conselho acabou adiando a decisão de tombá-lo. O mesmo acontece com o hotel Costa Pereira, com o prédio nº 120 da Dionízio Rozendo, com os imóveis 22, 230 e 214 da praça Costa Pereira, com os 12, 20, 24 e 36 da rua do Rosário, com o prédio do Cine Glória e ainda com os imóveis de



**Hotel Europa: demolido**

nºs 29, 31, 55, 75, 97 e 103 na rua Muniz Freire e a Clínica Santa Angélica.

Todos esses imóveis tiveram seu tombamento pedido no ano passado, inicialmente em um documento amplo elaborado pelo Departamento Estadual de Cultura (DEC) e assinado pelo então presidente Orlando Bonfim. Também o Instituto dos Arquitetos do Brasil — seção do Espírito Santo (IAB-ES), então presidido pelo engenheiro André Abe, pediu o tombamento desses prédios em nome da coletividade e do próprio instituto. Todos esses pedidos foram transformados em três processos, em tramitação desde maio do ano passado. Durante alguns meses eles permaneceram paralisados por causa da própria estrutura do CEC, que estava com apenas quatro membros. Somente a partir de setembro do ano passado começou a funcionar, por exemplo, a Câmara do Patrimônio, presidida pela professora Stela Denard. E só neste mês os processos chegaram às mãos do conselheiro Francisco Schuwarz, designado para relatá-los. No tocante aos prédios públicos como o Fafic, Palácio Anchieta, Escola de Comércio Capixaba e Assembleia Legislativa, não houve problemas quanto ao tombamento.

Mas quanto aos prédios particulares surgiram problemas. Assim em um dos processos o parecer é favorável ao seu tombamento, citando, inclusive, um imóvel desapropriado pelo governo estadual e que deverá ser cedido ao Tribunal de Justiça para ampliação de suas dependências. Na tentativa de salvar o imóvel, o CEC sugeriu que fossem mantidos entendimentos com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Geraldo Correia Lima, que não criou nenhum obstáculo ao tombamento, destacando, no entanto, a



**Casarões: correndo riscos**

necessidade das novas dependências para o Tribunal. Ficou acertado, verbalmente, que, contra a doação de um terreno no aterro da Comdusa para as novas dependências do fórum, o imóvel situado no nº 63 da rua Muniz Freire, bem como o terreno entre os números 71 e 97 da mesma rua, seriam preservados.

Foi um entendimento verbal entre os membros do Conselho Estadual de Cultura e o presidente do Tribunal de Justiça. Mas, na verdade, nada ficou definido, pois nem mesmo o processo referente aos dois imóveis desapropriados está concluído. E depois desse processo surgiram novos problemas, a partir de uma sugestão de desmembramento de todos os imóveis a serem tombados, tornando-se cada um deles objeto de um processo dentro do conselho. Isso porque existe uma preocupação em evitar prejuízos financeiros para os donos de imóveis. A esse respeito o CEC pretende copiar a legislação de Curitiba, que prevê uma compensação para os donos de imóveis tombados.

E, enquanto isso não acontece, os imóveis que marcam a história de Vitória continuam ameaçados pela especulação imobiliária. Localizados em áreas consideradas nobres no centro da cidade, eles estão sendo destruídos aos poucos e cedendo lugar aos espigões. Ou mesmo descaracterizados, como acontece hoje com o mercado da Capixaba. Apesar de ser um imóvel de propriedade do Estado e já tombado, ele vem perdendo as suas características ultimamente. O último exemplo é dado pela imensa placa instalada em sua fachada frontal à av. Princesa Isabel, escondendo exatamente os detalhes de sua construção antiga que o governo tenta preservar.